

Exigências Teóricas Gerais na Construção das Ciências do Homem

ARMANDO DE CASTRO (*)

A observação do trabalho disciplinar e das reflexões gerais acerca do vasto e complexo sub-sistema do sistema geral das ciências mais correntemente designadas por *ciências sociais* (mas para o qual preferimos a expressão *Ciências do Homem*), revela que, sobretudo nos últimos quinze a vinte anos, têm crescido as preocupações com certos aspectos centrais da sua elaboração teórica. Isto não quer dizer que preocupações deste género não sejam muito anteriores; no entanto, além das questões enfrentadas naturalmente pelos investigadores em cada uma delas, da Psicologia à Antropologia, da Sociologia à Economia, da História à Linguística e em tantas outras, não há dúvida que se têm desenvolvido — e sistematizado em escala crescente — as análises voltadas para aspectos específicos e comuns a todas elas, sob perspectivas que alargam, modificam e transformam estas problemáticas, tais como vinham sendo encaradas praticamente desde o século passado até à década de «sessenta». O que não quer dizer, está bem de ver, que fossem abandonadas questões que nos últimos três a quatro lustros se herdaram de propostas bem anteriores. É o que sucede com questões de distinção entre a «explicação» («Erklären») e a «compreensão» («Verstehen»), de esboço de quadros classificatórios e concepções que se lhe ligam, como a concepção segundo a qual existiriam ciências do homem

meramente descritivas («ideográficas») a par daquelas que já formulariam enunciados legaliformes contendo «leis científicas» (as «nomotéticas»), além de muitas outras.

Considerar tanto estas questões «recebidas» como aquelas que provêm das contribuições mais modernas exige basicamente uma formação teórica disciplinar sólida e uma prática de investigação acurada na sua organização endo-disciplinar e metodológica; no entanto, revela ainda a necessidade de uma crescente panóplia de elementos fornecidos pela filosofia das ciências e, sobretudo, por aquela disciplina a que pessoalmente prestamos uma atenção crescente, em cuja elaboração estamos empenhados há muitos anos, e que designamos pelo termo «Epistemologia»; ela refere-se tanto à *geral* centrada em torno da problemática geral do conhecimento científico como às *regionais* cujo eixo paradigmático considera questões próprias de cada sub-sistema (não sendo necessidade acrescentar que aqui estamos voltados para o sub-sistema das ciências sociais ou ciências do Homem) e por fim as *disciplinares* que manuseiam e procuram soluções para questões de fundamentação do conhecimento científico *disciplinar*, o que é válido para qualquer disciplina, seja deste âmbito seja relativa aos fenómenos da natureza, seja de carácter lógico-dedutivo seja, por fim, daquelas que interceptam os planos social e natural (como a *semiótica geral* ou a *teoria da informação*).

(*) Presidente do Conselho Científico do ISPA.

Julgamos indesmentível por isso, que sempre fugindo aos perigos de resvalar para a mera especulação abstracta (armadilha que se evita antes de tudo com uma prática disciplinar concreta, embora não só com isso), é crescente a necessidade daquilo a que poderíamos chamar «uma sensibilidade epistemológica apurada» que não é porém meramente espontânea — demanda preparação na dupla vertente da filosofia contemporânea das ciências e da disciplina que é a Epistemologia.

A rápida análise exploratória que se vai seguir visa exactamente detectar algumas das dificuldades na elaboração da generalidade das disciplinas sociais ou humanas, que é possível localizar graças ao guia fornecido pela teoria epistemológica (quer dizer, como disciplina científica) e que, portanto, se vêm juntar àquelas que a filosofia contemporânea das ciências tem assinalado ao longo dos últimos quinze a vinte anos.

Recordemos apenas que esta última contribuição, combinada com a actividade disciplinar específica nos vários domínios particularizados, já permitiu alertar para um conjunto diversificado de obstáculos que enfrenta o investigador nesta área tão ampla e com dificuldades tão complexas, visto às gerais se adicionarem não poucas que lhe são específicas.

Ainda que de natureza diversa, tais obstáculos têm impedido progressos multidireccionais sendo por isso inestimáveis as contribuições que de vários ângulos são trazidas, facilitando avanços inegáveis, muito embora subsistam outros de que muitas vezes não há nítida consciência e que por isso se pretendem aqui salientar.

Muito rapidamente dir-se-á que entre os primeiros — que nestas condições não vão ser considerados — se encontram os que emergem da maneira de ver filosófica acerca do trabalho de construção teórica. Eles têm nomes e correspondem a dificuldades bem sensíveis. Uma dessas maneiras de ver brota do positivismo que embora não revestindo já as formas rudimentares e frustres que conheceu desde o século passado (e aliás até bem dentro do nosso), todavia ainda podem enquinar circunstancialmente o labor no campo das ciências do Homem, como aliás no espaço que

pertence às ciências da natureza. Sua forma mais gritante manifesta-se, por exemplo, na concepção de Augusto Comte, o «papa do positivismo», que na primeira metade do século XIX sustentava que a Psicologia não podia ser objecto de tratamento científico visto os fenómenos desta índole não se poderem exprimir senão no foro íntimo sendo as suas manifestações captáveis exclusivamente biológicas, donde só esta disciplina os poder tratar...

Mais sofisticadamente porém surgiu o neo-positivismo e o positivismo lógico com as suas concepções acerca da natureza dos enunciados científicos, de Carnap a Wittgenstein e a tantos outros dos seus doutrinadores, reduzindo-os numa das suas manifestações mais acabadas a protocolos linguísticos, e preocupando-se com as questões da testabilidade. Estas correntes, há que reconhecê-lo, ainda revelam certa influência entre muitos cientistas, sobretudo nos países anglo-saxões. Outras concepções igualmente freadoras do progresso teórico têm como denominador comum uma visão empirista do saber teórico, concebido no fundo como uma tradução de tipo especular dos processos e relações teorizados. Curiosamente até, certas maneiras de ver a que alguns estudiosos dos obstáculos deste género têm chamado *formalista*, parecendo imediatamente leituras nos antípodas da concepção empirista do conhecimento, no fundo pertencem à mesma família. Efectivamente, ao proclamar em que ele resulta de construções relacionais interiorizadas e independentes da sua fecundação pelas informações acerca do real sensível, ao cabo e ao resto concebem as elaborações teóricas como o produto da actividade do sujeito isolado; assentariam nas notícias concebidas essencialmente como uma recolha através do sistema sensorial-perceptivo e não como um processo complexo de interacção conjunta e incidível entre a abstracção mental interiorizada e as notícias tiradas do real através dum processo não só individual como ainda social, segundo linhas de força axiais que seria deslocado estar agora a recordar. Diga-se no entanto de passagem que reside aqui uma das manifestações mais percucientes da razão de ser pela qual nomeadamente há que rejeitar a problemática cognoscitiva de Karl Popper,

pois não se coloca a questão de isolar o método indutivo face ao dedutivo e até os dois, pois estão interligados a outras actividades metodológicas gerais como análises e sínteses, relação abstracta e concreta, etc., etc. A complexidade do processo gnológico, tanto no conhecimento corrente como no científico ou no filosófico não se deixa de facto reduzir a esquematismos simples e no fundo falseadores. Tudo isto faz parte realmente do património epistemológico necessário ao cientista.

Outro género de dificuldades manifesta-se como é sabido nas infiltrações das representações ideológicas nos enunciados teóricos. Trata-se duma realidade que, não sendo exclusiva das ciências do Homem, contudo se manifesta nelas com particular intensidade porque sendo as ideologias sistemas de representação do real (que consideramos como tais não cognoscitivos) determinados por razões sociais que influenciam a leitura do mundo e a actividade humano-social nesse mundo com os objectivos e as opções que guiam o sujeito em consequência de determinantes sociais, é claro que a sua influência é forçosamente mais intensa aqui do que nas ciências de natureza (além de existir mesmo nas ciências lógico-dedutivas). É todavia geral. Não interessa avançar com mais considerações a este respeito, tanto mais que o problema tem estado no centro das preocupações da filosofia contemporânea das ciências, autores havendo que a caracterizam até como a filosofia que tem por objectivo depurar as ciências dos «quistos» ideológicos...

Ao virar-se a atenção para as dificuldades particulares que enfrenta o cientista do social, além do peso específico reforçado do elemento ideológico nas suas elaborações acima lembrado, têm-se igualmente multiplicado exames de filosofia das ciências do homem que se deverão ter em conta.

Exemplificar-se-á com as contribuições que chamam a atenção para as «armadilhas» provenientes dos fenómenos surgirem ao sujeito cognoscente — incluindo portanto em primeira aproximação ao próprio cientista social — como extremamente familiares visto este meio ser o «caldo de cultura» da sua existência do berço ao túmulo. Tal circunstância cria representações do conhecimento corrente com frequência

extremamente enganadoras de que importa o investigador libertar-se através de um esforço que pode não ser nada fácil.

Outro exemplo, também sublinhado nos estudos da especialidade dos últimos anos, manifesta-se no fenómeno a que alguns deles chamam a «identidade sujeito-objecto», enfrentada pelo investigador acerca do humano-social. Efectivamente trata-se de uma realidade de que o próprio investigador faz parte. É certo que ele também é realidade natural, ou melhor, constitui um fenómeno natural-social, com mais propriedade até, «natural-social em interacção estrutural e dinâmica». Contudo, é possível observar fenómenos naturais desenvolvendo-se independentemente do sujeito humano, se desprezarmos a inevitável influência do observador sobre o objecto observado (e vice-versa) que aos níveis não-quânticos pode em geral desprezar-se. Seria ocioso sublinhar-se que não sucede o mesmo com os fenómenos sociais, uma vez que ao investigador não é dado despir-se da sua condição de ser social ao teorizar o social...

Por outro lado, ao concentrar-se a atenção nas especificidades dos fenómenos sociais tomando por termo de comparação aquilo que se passa nos processos da natureza não é difícil notar que a complexidade é muito mais acentuada, quer na expressão estrutural quer no movimento, visto que por via de regra (embora obviamente nem sempre) o seu dinamismo é muito mais intenso. Além disso a actividade social cristaliza-se imediatamente em condutas dos indivíduos. E se bem que elas sejam condicionadas por relações que por seu turno se enfeixam em processos e sistemas de processos (o que permite a sua teorização), o certo é que tudo isto é mediatizado pelas condutas individuais que como tais são teleológicas, são finalizadas, produzidas por agentes dotados de vontade, de capacidade de escolha.

Aliás, como observou Jean Piaget, a teorização no domínio dos processos que se verificam na natureza e na vida social oferece dificuldades metodológicas e outras que não estão presentes nas ciências lógico-dedutivas.

Mas não é certamente para invocar os estudos provenientes da filosofia das ciências do

Homem e dos mais variados analistas das problemáticas específicas de cada uma delas que se recordaram algumas das mais percucientes contribuições contemporâneas. Nosso fito consiste, ao recordá-las, adicionar aquelas que a elaboração da ciência do conhecimento científico (Epistemologia) permite formular. Elas derivam tanto da Epistemologia Geral em que trabalhamos há anos sistematicamente como de segmentos de teorização regional das ciências do Homem e bem assim de diversas das disciplinas que compõem este sub-sistema do sistema geral das ciências.

Julga-se que a contribuição vinda desta origem não será dispicienda ao fornecer orientações que é necessário considerar visto resultarem de leis da produção do saber teórico.

A primeira dessas indicações resulta da circunstância de se haver enunciado que a existência de uma disciplina científica assenta em dois parâmetros que se completam, o que é aplicável a todos os casos e, portanto, também às ciências sociais. Um deles consiste naturalmente na estrutura cognoscitiva das proposições. É indispensável que revistam uma estrutura específica deste tipo, quer dizer, não pertençam ao conhecimento corrente, ao conhecimento médio humano espontâneo tal como existe numa dada sociedade historicamente localizada; é óbvio, igualmente, que além de não deverem assumir o carácter de um discurso ideológico que como tal não releva do gnoseológico embora possa conter elementos deste género (mas subordinados às exigências da tecitura da representação ideológica como um todo¹), mas também não assumam a índole do conhecimento elaborado no complexo cadinho do fenómeno estético, no qual predomina a representação gnoseológica do típico e não do geral, para mais encaixado num sistema afectivo, emocional e também ideológico, como é fácil de ver. Ao teorizarmos o conhecimento científico² o nosso trabalho

¹ Sustentamos estas teses no estudo «Para a teoria das ideologias», na *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Faculdade de Letras, n.º 8, 1986, pags. 613-651.

² Referimo-nos à *Teoria do Conhecimento Científico*, em elaboração, com cinco volumes publicados e o sexto no prelo; os dois primeiros esboçam a teoria científica do conhecimento corrente,

permitiu mostrar que o carácter dos processos cognitivos de índole científica resulta duma polifacética interconexão de relações diversas (psicológicas, bio-neurológicas, semióticas, sociais de variados níveis e históricas). Em poucas palavras, dir-se-á que um enunciado científico se caracteriza por captar relações ou processos que ultrapassam o patamar possível para o conhecimento corrente, encontrando liâmes que explicam grupos de expressões fenomenais que naquela actividade cognoscitiva surgem necessariamente isoladas e podendo ainda descortinar fenómenos (os eventos de que qualquer modo o ser humano tem notícia) a que o conhecimento corrente não tem acesso; a este género de fenómenos chamamos mesmo, para vincar a sua índole, «pós-fenomenais».

Sem ultrapassar esta indicação extremamente sucinta acrescentar-se-á que, no entanto, não basta esta exigência de índole gnoseo-estrutural para existir uma disciplina científica.

Ela só surge quando se dispõe dum quadro mínimo de enunciados que, revestindo esse carácter cognitivo, delimitam ainda um espaço de teorização e dispõem duma organização interna. Trata-se da existência de um *objecto teórico* construído naturalmente com referência ao *objecto real* da teorização. Nada se acrescentará a esta indicação simples pois supõe-se que nas propostas teóricas que são a ciência do conhecimento corrente e a ciência do conhecimento científico ou epistemológico geral tudo isto se encontra tratado com largueza. De resto, ao esboçar essas duas disciplinas, procuraram-se cumprir os ditames epistemológicos gerais, incluindo os relativos aos seus objectos teóricos³.

ao passo que o terceiro e seguintes se debruçam sobre a teorização geral do conhecimento científico pretendendo pôr de pé um primeiro esboço das duas disciplinas, designando-se a última pela expressão «Epistemologia Geral»; volumes publicados (Porto, 1975-1987): os quatro primeiros tomos, Editorial Limiar; o quinto e seguintes, Editorial Afrontamento.

³ Remetemos por isso para a *Teoria do Conhecimento Científico* a propósito não só da teoria do objecto teórico face ao objecto real, como em particular acerca da necessidade de um objecto deste género para existir uma disciplina científica. Se o tratamento sistemático desta questão se encontra sobretudo no tomo V (ver pags. 61-64 e sobretudo a teoria da «hierarquia epistemológica», pags. 64-89

Nesta caminhada foi ainda necessário lançar os caboucos da própria teorização do conhecimento filosófico, o que além do mais, cumpre a função de desarmar certas orientações (de inspiração sem dúvida positivista embora às vezes muito remota), que negam a existência deste género de processos cognoscitivos. Dir-se-á apenas que se o primeiro destes dois elementos permite distinguir o conhecimento científico do conhecimento corrente e das ideologias, este segundo facultava distingui-lo do conhecimento filosófico, além de dar a sua contribuição à diferenciação da actividade gnoseológica geral, da científica e da filosófica face ao conhecimento fornecido pela obra artística. Cada um deles — e sobretudo o primeiro evidentemente — guiam-nos para compreender a índole não-gnoseológica das representações mentais ideológicas [além do seu carácter da acção social concreta, tanto individual como colectiva (ou praxica)].

Aqui está um elemento que consideramos da maior relevância como guia do labor do cientista social. Os enunciados que ele elabora não-de não só assumir a natureza de conhecimento científico já mencionada como terão de constituir um *objecto teórico*, quer dizer, um sistema delimitado e diferenciado de enunciados (categorias, relações, conjuntos de relações) traduzindo na construção assim elaborada dadas propriedades e expressões quantitativas do sector da realidade que pretendem deste modo explicar, ou seja, reportando-se, através de uma construção necessariamente sempre aproximada mas sempre com alguma aproximação, ao sector da realidade a que se refere esse esforço de construção.

O controlo da existência de uma dada ciência social reside, portanto, no diagnóstico do

e 191-192, 193-215), a verdade é que já antes fôra abordado a partir de diversos ângulos, como nesse próprio volume se recorda nas notas (XIV) e (XXII). Que de resto houve que aplicar regras epistemológicas desta origem na elaboração tanto da disciplina do conhecimento corrente nos dois primeiros volumes (por ex.: I, pags. 70 e 77; vol. II, pags 94, 96, 119-120, 122-123, 139-139, 154-155, 159, 200-211, 277-279) como na justificação «epistemológica da Epistemologia Geral» nos tomos III e seguintes, como a pags. 186-187 do III, etc.

carácter cognoscitivo dos seus enunciados e em verificar se eles se apresentam cerzidos segundo relações de ordem não só lógicas como ainda epistemológicas; não-de oferecer um campo delimitado em que operam mas isso não quer dizer — ocioso seria recordá-lo — que semelhantes limites possam ser fixos e que não seja possível estabelecer relações com outras disciplinas: para que tais relações existam é apodítico que se saiba aquilo que se relaciona...

Destas leis epistemológicas gerais resultam não poucas consequências como linhas de orientação para o investigador nas ciências do homem.

Vejamos algumas.

1ª — Ao trabalhar-se neste domínio é indispensável elaborar sistemas inter-relacionados e delimitados de proposições obedecendo às regras cognoscitivas referidas. E temos de concordar não faltarem propostas em diversas ciências do Homem que esquecem estas exigências. É assim que,

2ª — Não escasseiam infelizmente situações em que sendo até visível, sem grande preparação epistémica, estar-se no domínio do conhecimento corrente, este não é tomado — o que seria perfeitamente legítimo — como objecto real concreto da teorização, mas como enunciados eles próprios teóricos ou científicos (usamos as duas expressões no mesmo sentido, como o leitor atento se terá possivelmente apercebido). Já tivemos ocasião de apontar casos concretos deste tipo.⁴

3ª — Importa ainda a ilação epistémica de que a necessidade de um objecto teórico-disciplinar, como em qualquer ciência da natureza ou lógico-dedutiva, não significa, nem de perto nem de longe que se pretenda o absurdo de cada investigador ter de manusear

⁴ No estudo «A causalidade nas ciências sociais: uma abordagem epistemológica», na obra colectiva *Metodologia das Ciências Sociais* organizada por Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto, Porto, Afrontamento, 1986, em particular as observações que avançamos a pags. 281, 286-288 e sobretudo a pags. 303-305. Citam-se inclusive aí como tratamento teórico-social meros casos de condutas individuais que como tais se movimentam no espaço do conhecimento corrente dele não podendo sair.

todo o corpo teórico da disciplina em que trabalha. O que é indispensável é que o tratamento conceptual de um domínio restrito dentro da respectiva ciência, se efectue e desenvolva de harmonia com estas regras resultantes das leis epistémicas; por outras palavras, há-de movimentar-se no espaço dado pelas fronteiras dessa disciplina e ocupar um lugar estruturado no sistema do seu objecto teórico. Esta faceta é tanto mais evidente quanto é certo que o dinamismo do saber científico se efectua cada vez mais através de especializações mesmo no interior do objecto teórico-disciplinar, seja qual for a situação que visionemos. Pode, por exemplo, teorizar-se com certa autonomia a actividade psicológica cognitiva, a perceptiva ou qualquer outra deste foro sem com isso se exigir ao investigador que domine todo o vastíssimo campo actual da Psicologia. Mas há-de exigir-se que conheça os marcos desta disciplina e como enquadrar a sua produção conceptual no sistema constituído pelo seu objecto teórico geral. O mesmo se dirá, é óbvio, de qualquer outra: o economista que trabalha no âmbito do comércio internacional não tem de pôr de pé o conjunto do objecto teórico da Economia. Mas haverá de dominar o espaço desta disciplina e conhecer as articulações da representação teórica dessa actividade no conjunto geral do sistema das relações teórico-económicas; da mesma maneira, o especialista em física das altas energias ou em física quântica não terá (nem poderia evidentemente) esboçar o conjunto da teorização dos fenómenos inorgânicos disponível no seu tempo; não lhe é dispensado porém o domínio de noções acerca da Ciência Física e da tecitura geral do seu objecto.

4º — Ao considerar as coordenadas que a Epistemologia, como disciplina científica proporciona a partir somente destas duas leis (e muitas outras foi possível de resto enunciar) obtêm-se orientações para esclarecer um problema recentemente muito debatido nas ciências do Homem e que tem sido denunciado como uma das suas limitações: o facto dos fenómenos sociais serem unos, não podendo dizer-se obviamente que dada actividade é exclusivamente psíquica, económica, sociológica, antropológica, linguística (etc., etc.),

quando o que existe é um conjunto de disciplinas separadas. Já se afirmou mesmo que as ciências do Homem despedaçaram a unidade do Homem.

Ora é fácil inferir que, sendo indubitável essa unidade tratada por assim dizer unilateralmente por cada disciplina acerca do humano-social, esta situação resulta de uma necessidade historicamente insuperável na apropriação teórica do mundo. Em primeiro lugar, não se trata duma realidade exclusiva das ciências sociais pois manifesta-se forçosamente também nas ciências da natureza e mesmo no pluralismo disciplinar dentro do sub-sistema das ciências lógico-dedutivas (matemática, lógica, geometria). Em segundo lugar, porque esse «despedaçamento» do social é até verdadeiramente trans-social visto que o ser humano é um ser social mas também um ser natural; e se a especificidade fenomenal teorizada pelas ciências do Homem arranca das relações sociais, nem por isso é menos verdadeiro que o Homem é um ser «natural-social». Desta maneira, no fundo, mesmo que por mero exercício hipotético se admitisse uma teorização unitária global do social, nem assim deixaria de subsistir em certa medida esse «despedaçamento» faltando a teorização sistemática das inter-relações sociais-naturais presentes no ser humano e que de resto em aspectos limitados são tidas em consideração desde o interior de corpos teóricos disciplinares: é o que sucede visivelmente na Psicologia com os «interfaces» do biológico e do neuro-fisiológico com o social, na Linguística, na própria Economia através dos entrecruzamentos natural-social na moldagem das necessidades humanas em seu dinamismo histórico, etc.. Em terceiro lugar, o cientista social dispõe de meios para reduzir os aspectos negativos das grandes abstracções reducionistas da totalidade do social que são em certa medida artificialmente isoladas por cada uma das disciplinas deste sub-sistema do sistema geral das ciências. Não olvidando nunca que conhecer implica sempre «limitar» (e reside aí inclusive um dos seus fundamentais alcances como instrumento de intervenção orientada na realidade com a qual o Homem se encontra em inter-relação), a verdade é que não nos achamos desarmados perante esta situação. Uma das grandes orientações que

permitem combatê-la é a «interdisciplinaridade» tomada no seu sentido mais lato; outra assenta nos progressos que a partir dela é possível atingir, podendo inclusive chegar-se à cofragem de novas disciplinas que teorizem (por certo no interior do seu corpo teórico) aspectos sociais ou até naturais-sociais antes colocados do exterior das diversas ciências existentes em dado momento. Não faltam exemplos desta realidade, sendo suficiente recordar a Semiótica Geral ou a Teoria da Informação, cujo objecto real teorizado intercepta o universo do natural e do social. Em terceiro lugar, as próprias Epistemologias, quer a Geral, quer as Regionais ou quer as Disciplinares, constituem meios de ultrapassagem de dificuldades de tratamento (e sobretudo de entendimento) dos «mecanismos» que presidem ao fraccionamento conceptual inevitável duma realidade que é una.

Do exterior do sistema das ciências não se pode, por último, deixar de considerar a contribuição proveniente da Filosofia das Ciências com o seu saber «não objectal teórico», dado que, consoante se recordou atrás, o que distingue essencialmente este continente cognoscitivo do continente do saber científico reside exactamente em trabalhar com objectos teóricos disciplinares diferenciados, embora elabore enunciados com estrutura gnoseológica do mesmo tipo daquelas que são fornecidos pelas disciplinas científicas.

Estas indicações provenientes das duas leis epistemológicas que se têm utilizado, ministram somente neste aspecto indicações extremamente válidas. Inclusive estendem-se a certas observações críticas particularizadas que encontramos a cada passo a propósito desta ou daquela proposição teórica nas ciências sociais quando se se diz, por exemplo, que ela seria reducionista através da absolutização de cada unidimensionalidade da actividade humano-social. A crítica não colhe certamente quando uma perspectiva deste género — sempre do interior da disciplina considerada — resulta das exigências epistémicas do seu objecto teórico, não implicando a negação dos laços mútuos que a faceta do social que se considera mantém necessariamente com outras — de resto com todas as outras. Considerando antes de mais nada este aspecto, importa de seguida vê-lo à luz das possibilidades das inserções endo-

-disciplinares e inter-disciplinares de harmonia com a dinâmica do saber teórico em cada fase da sua existência.

Não é possível sequer enfileirar as principais orientações que estas leis epistemológicas gerais fornecem ao cientista social. Seja permitido todavia recordar mais uma ou duas.

5ª — Julgamos que estas indicações aplicadas com rigor permitirão vencer aquilo que representa uma das principais dificuldades correntes neste domínio.

É com efeito extremamente frequente olvidar-se a natureza das construções científicas caindo-se em reflexões gerais acerca de fenómenos humano-sociais que caem totalmente fora do espaço epistémico das ciências sociais.

Ainda que sem diagnosticar as razões gnoseo-estruturais que explicam esta situação e considerando apenas suas razões exógenas, de carácter ele próprio social, certos aspectos mais sensíveis destas práticas têm sido ultimamente apontadas, como fez o sociólogo francês Pierre Bourdieu ao denunciar em estudo recente esse «ensaísmo». Trata-se de um fenómeno muito mais vasto do que aquele que para os trabalhadores do seu país aquele conhecido sociólogo aponta. Ele resulta, sem dúvida, da falta de uma apurada consciência epistemológica e exprime um dos obstáculos actuais que consideramos mais sérios no sub-sistema das ciências do Homem.

Com isto não se pretende que todos esses trabalhos devam ser lançados ao «caixote do lixo do saber acerca do social» visto que muitos deles são problematizantes, abrem sendas de reflexão, colocam eventualmente hipóteses recuperáveis por diversas disciplinas, podendo ainda ser vantajosos no domínio da filosofia do social e no campo da filosofia das ciências sociais. Aquilo que se pretende vincar é que esse ensaísmo não é como tal trabalho científico, implicando a agravante de poder ser tomado como tal, frustrando assim uma clara caracterização da sua vera índole. Os males desta realidade não são difíceis de detectar...

6ª — Por fim, a falta de arsenal epistemológico — e aqui somente se presta atenção a aquele que reside nas armas fornecidas pelas leis gerais que se vêm empregando —

explica ainda uma tendência negativa também detectável hoje. Trata-se da frequente ultrapassagem dos limites da teorização historicamente possível do social no momento em que o trabalho «pseudo-teórico» é produzido. Constitui uma expressão não epistemologicamente coada do anseio de explicação científica de cada realidade ou problema quando isso (*ainda*) não é viável. É preciso que o cientista social face a determinada interrogação problematizante tenha a coragem (uma coragem que não é difícil assumir quando se está devidamente equipado sob o ponto de vista epistemológico) de reconhecer sem *ambages* se ela é ou não possível de esclarecimento teórico em face dos elementos científicos disponíveis.

Esta situação deriva certamente de muitos factores. Mas os que provêm de falta de preparação epistémica não são dos menos relevantes. É certo que outros se poderiam assinalar. É o que se passa, por exemplo, com aqueles que Raymond Boudon apontou em estudo recente, muito embora sem estabelecer qualquer ligação essa realidade teórico-estrutural e aquilo que denuncia; afirma efectivamente Raymond Boudon que as ciências sociais, ao contrário das ciências da natureza, tendem a trabalhar na praça pública, a escolher os temas de estudo em função das necessidades de momento e a despertar o interesse de um público variado.⁵

Creemos que este fenómeno é real e que, mais do que isso, alimenta a tendência anti-científica quando muitos cientistas sociais julgam poder encontrar resposta para questões que os meios teórico-disciplinares disponíveis nesse momento *ainda* não permitem avançar. Impõe-se necessariamente a «modéstia teórica» de entender os limites disponíveis em cada momento para solucionar determinada questão do âmbito do social, consoante aliás sucede nas ciências da natureza e nas demais.

Poder-se-ia certamente prosseguir esta análise

⁵ In *L'Idéologie*, Paris, Ed. Fayard, 1986, pag. 241. Tivemos ocasião de denunciar o obstáculo epistemológico da ultrapassagem inconsciente das possibilidades de teorização do social disponíveis em cada época no estudo já mencionado «A causalidade nas ciências sociais: uma abordagem epistemológica», op. cit., pags. 281-282.

à luz dos enunciados teórico-epistémicos escolhidos e cuja riqueza orientadora não foi esgotada. Dada a relativa extensão deste texto é, porém, preferível ficar por aqui. Espera-se porém que a presente contribuição seja suficiente para ultrapassar, ou pelo menos para aplainar, muitas das ingentes dificuldades com que se confronta o cientista do social. Será este o seu maior interesse e ainda a razão fundamental pela qual se escreveram estas páginas.

RESUMO

Embora chamando a atenção para a conveniência de combinar o estudo dos fundamentos teóricos das Ciências do Homem (a sua epistemologia) com uma prática disciplinar, afim de se evitarem os perigos de uma mera abstracção especulativa, pretende-se, no entanto, sublinhar o alcance desse estudo epistémico no que respeita a este sub-sistema do sistema geral das ciências.

Neste artigo, percorrem-se criticamente vários conceitos — nomeadamente classificatórios — à luz das propostas da Epistemologia Geral como disciplina científica, bem como das Epistemologias Regionais e das Epistemologias Disciplinares afim de, em particular, ilustrar o alcance destas disciplinas do saber epistemológico. Documenta-se o significado dessa contribuição no sentido de explicitar e ultrapassar os obstáculos teórico-metodológicos que se têm erguido no esforço de elaborar as diversas disciplinas das ciências do Homem (ou «ciências sociais», *tout court*). De passagem faz-se ainda a leitura crítica da filosofia do conhecimento de Karl Popper.

Na segunda parte, consideram-se as exigências teórico-epistémicas, tanto para existir uma disciplina científica qualquer como para encarar este domínio no campo das ciências do Homem. Saliencia-se ainda a importância e complexidade da categoria «objecto teórico», ao mesmo tempo que se distingue esta teorização, que é de cariz científico, da elaboração filosófica, incluindo no âmbito da filosofia das ciências, cuja legitimidade aliás não se contesta.

Por fim, ao reafirmar-se o interesse múltiplo da Epistemologia Geral, aplicam-se algumas das leis epistémicas gerais, por nós elaboradas, às «ciências sociais» que presidem à elaboração dos conhecimentos científicos e que, nessas condições, são igualmente aplicáveis àquelas disciplinas que teorizam as actividades especificamente humanas ou que como tais se exprimem. A aplicação dessas leis permitem mesmo eliminar as controvérsias ligadas

à unidade prática da acção humana face ao «despedaçamento» teórico no vasto leque das numerosas ciências do Homem.

ABSTRACT

The author discusses some concepts namely

classification concepts in light of both a general epistemological framework and more specific knowledge field epistemologies.

The main purpose is to clarify overpass some theoretical-methodological difficulties in the Social Sciences field. Further, the author analyses the theoretical-epistemic requirements for defining a field as scientific.